

Paradoxos e desperdícios

No mesmo instante em que o governo federal corta vantagens e reduz perspectivas de aumentos salariais a seus servidores, em nome da estabilidade do Plano Real, anuncia-se que deputados e senadores receberão quase R\$ 30 mil pela convocação extraordinária do Congresso.

Além das dimensões da cifra — nada menos que 300 salários mínimos por cada parlamentar —, questiona-se o sentido ético da sobre-remuneração dada por serviços extras no recesso. A convocação extraordinária não constitui favor ou benesse. Decorre da necessidade de cumprir pauta de votação, que poderia ter sido efetuada no período regular de funcionamento da instituição.

Não o foi por razões que se prendem tão-somente a uma singular agenda de trabalho da instituição, que transformou a semana inglesa, de cinco dias úteis, em outra, mais confortável, de apenas três dias — começa na terça e termina na quinta. As votações previstas para o recesso estavam pautadas desde o começo do ano, todas com o selo de urgência, colocado pelo governo.

Se não ocorreram dentro do período regulamentar, a culpa não é do contribuinte, que terá que arcar com o ônus da salgada conta da convocação. Não se trata, porém, apenas de uma questão contábil. Há sobretudo o sentido ético da situação.

O Congresso Nacional é a mais alta instância do processo legislativo do país. De lá, ema-

nam os padrões de comportamento que inevitavelmente serão reproduzidos nos âmbitos estadual e municipal. Anuncia-se, por exemplo, que também o Governo do Distrito Federal, preocupado em aprovar seu pacote fiscal, cogita de propor convocação extraordinária da Câmara Legislativa.

Mais despesas para o contribuinte, nova demonstração de desarranjo na agenda. O essencial colocado em pauta no último instante. O exemplo vem de cima — e vem de longe. Há alguns anos o Congresso vem sendo sistematicamente convocado nos períodos de recesso, para tratar de questões que poderia ter resolvido no período regulamentar.

Ou se reexamina a extensão do recesso, que abrange três meses do ano, ou se otimiza o uso do tempo — ou, de preferência, fazem-se as duas coisas. Mais que nunca, vale o adágio popular de que tempo é dinheiro.

Para a população brasileira, que, com seus impostos, sustenta a máquina administrativa do Estado, é difícil aceitar, nesses termos, a idéia de novos sacrifícios em nome da estabilidade econômica do país. Se nos escalões superiores, de onde deve emanar o exemplo, não há sinais de austeridade e zelo para com o erário, como esperar algo diferente nos escalões inferiores?

Em circunstância como essa, vale a sabedoria do ditado popular, segundo a qual mais vale uma grama de exemplo que mil toneladas de palavras.